



FOUCAULT E CLAUSEWITZ: DUAS CONCEPÇÕES DE GUERRA¹

FELIPE LUIZ²

Resumo: As reflexões filosóficas sobre a guerra são quase tão antigas quanto a própria filosofia, nos conduzindo, pelo menos, até Heráclito, mas englobando também, no período clássico, Platão e Aristóteles. Na Idade Média, foi também analisada filosoficamente em termos de guerra justa. Outros autores, ainda, como Maquiavel e Kant, analisaram a guerra. Mas é em Clausewitz que se encontra a grande reflexão ocidental sobre o tema. Mais contemporaneamente. Em nossas investigações constatamos pelo menos quatro formas de se abordar a guerra: uma objetivista, uma ontológica, outra metafórica e, por fim, uma metodológica. Nossa pesquisa centra-se em torno da comparação de duas dessas visões, a objetivista e a metodológica, através do cotejamento dos escritos de dois autores distintos, respectivamente Clausewitz e Foucault, expoentes dessas abordagens. Para tanto, analisamos um curso de Foucault no *Collège de France*, bem como outros textos menores. Quanto a Clausewitz, nossa análise se foca nos primeiros livros de sua *opus magnum*, *Da guerra*; neste, visamos sobremaneira sua visão de guerra, que contrasta com as posições apresentadas de modo prévio. Finalmente, fechamos o artigo com conclusões e buscamos responder à questão de saber se em Foucault há uma verdadeira filosofia da guerra.

Palavras-chave: Filosofia da guerra. Michel Foucault. Carl von Clausewitz

1 Foucault e Clausewitz: Duas concepções de guerra

2 Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos

FOUCAULT AND CLAUSEWITZ: TWO CONCEPTIONS OF WAR

Abstract: The philosophical reflections about war are almost old as the philosophy itself, conducting us until Heraclitus, but concerning too, in the classical period, Plato and Aristotle. In the Middle Ages, the war has been analyzed philosophically as “fair war”. Other authors, as Machiavelli and Kant analyzed the war too. But it is in Clausewitz where we can find the great Western reflection about war. Contemporaneously, Foucault has been an author that have used war ostensibly on his writings. In our investigations we have verified four ways to interpret war: objectivist, ontological, metaphoric and, at last, methodological. Our research focuses on the comparison of two of these interpretative’ ways, the objectivist and the methodological, through the comparison of the writings of two different authors, respectively Clausewitz and Foucault, exponents of these approaches. In order to do that, we analyze a course from Foucault in the Collège de France, from 1976, as papers and others minor texts. About Clausewitz, our analysis focalizes in the first book of his *opus magnum*, *On War*; in this, we focalize his vision of war, which contrast with the positions previously exposed. Finally, we finish the paper with a searching to answer the question: is there a philosophy of war in Foucault thought?

Keywords: Philosophy of war. Michel Foucault. Carl von Clausewitz

INTRODUÇÃO

A guerra é também um problema filosófico, abordado por distintos pensadores, em contextos também díspares, com saídas as mais variadas. Já nos pré-socráticos encontramos a guerra tematizada por Heráclito em termos de uma ontologia (LUIZ, 2014). Em Platão e Aristóteles encontramos a guerra seja como problema político seja como questão ética, ligada ao treinamento do hoplita (LUIZ, 2014). Em pensadores medievais aparecerá a questão da guerra justa e os momentos de a exercê-la (BOUHOUL, 1964). Em Maquiavel encontramos uma análise de como organizar o exército, bem como uma série de máximas, que fazem lembrar Sun Tzu, sobre como o general deve proceder na guerra (MAQUIAVEL, 1982). Em Kant, como se sabe, a questão da guerra aparecerá negativamente, ligada as condições para o estabelecimento da paz perpétua na humanidade (KANT, 2008).

Se existem distintas colocações relativamente ao problema da guerra, seu grande momento é Clausewitz, que não é filósofo de formação, mas que pode ser considerado filósofo da guerra, ou até mesmo o “primeiro e único filósofo da guerra” (GALLE, 1979, p. 46). Em fato, em seu livro *Da Guerra*, Clausewitz, o qual lutou nas guerras napoleônicas e é teórico das mudanças introduzidas por Napoleão, faz um levantamento exaustivo das distintas formas de guerra, oferecendo, ademais,

um tratado de Estratégia, cobrindo as variações relativas ao tema. Clausewitz é um clássico, e sua influência é tamanha, que alguns, como Rapoport (1996) falam mesmo em um sistema clausewitziano de relações internacionais, que durou de 1815 até o eclodir da Primeira Guerra Mundial.

Em meados do século passado houve até mesmo a proposição da *polemologia*, ciência da guerra, a qual intentava, ao mesmo tempo, uma visão sociológica e estrutural da guerra, incluindo nela elementos como o clima, geografia e demografia. Bouthoul elaborou um inventário de centenas de conflitos, mais ou menos agudos, brindando-nos com as características deles em tabelas explicativas e didáticas (BOUTHOU, 1979).

Embora distintas, comportando importantes variações, as teorias da guerra acima arroladas guardam o comum o fato de tomarem a guerra como objeto real, dado no mundo, e teorizarem sobre ele. Pode-se dizer, portanto, que se trata de teorias objetivistas da guerra, geralmente comportando também sua contraparte, a paz, ou vice-versa.

Os eixos que dominam estas investigações geralmente são saber do que se trata a guerra, quais suas causas, quais suas espécies, questões próprias a uma filosofia da guerra; mais também se encontram questões mais técnicas, tais como as formas de evitá-la e vencê-la, como travar uma boa guerra, qual a melhor forma de organizar o exército, etc. Por vezes, especialmente nos antigos, se encontram indagações relativas à *paideia* do guerreiro, como aquelas relativas às virtudes militares que lhe devem ser ensinadas (LUIZ, 2014).

Em nossas investigações encontramos, no entanto, outras três outras formas de se apreender a guerra. Sendo a primeira forma esta, objetivista, a segunda é a de Heráclito de Éfeso, o qual toma a guerra (*pólemos*) ontologicamente. Para Heráclito a guerra ocupa papel coextensivo ao fogo na determinação da *arché* da *physis*, influenciando decisivamente o desenrolar dos fatos no mundo sublunar, ditando, por exemplo, quem é homem livre e quem é escravo, quem é rei e quem é deus (HERÁCLITO, DK 53); ou senão, atuando no seio do existente, onde reina uma discórdia que se harmoniza no coração do *kosmos*, a guerra atua como princípio desagregador, mas que encontra um acordo, uma concordância (*homologein*) no centro do que há (BERGE, 1969).

A terceira forma toma a guerra de maneira meramente metafórica, ou, em outros termos, não se refere a um conflito real, ou, melhor dizendo, não pode ir até as últimas consequências em suas colocações bélicas. A nosso ver, a noção hobbesiana de guerra contra todos se encaixa neste gênero metafórico, e nisto seguimos Foucault (2005); e também, surpreendente e polemicamente, a noção marxista de luta de classes, a qual, subsumida ao desenvolvimento das forças produtivas, é redutível, grosso modo, às relações econômicas de produção (PLEKHANOV, 1974),

mesmo porque, para Foucault, a lógica do real é a lógica dos conflitos, e a dialética, enquanto lógica da contradição, é uma forma de reduzir os conflitos ao seu “esqueleto hegeliano”, evitando o que há de aleatório nas lutas (FOUCAULT, 2001).

A quarta forma de apreensão da guerra encontramos nos escritos de Michel Foucault, que tomará a guerra metodologicamente, enquanto princípio ordenador das análises, sobretudo histórico-filosóficas, mas também sociopolíticas. Para Foucault, apoiando-se em Nietzsche, a guerra serve como grande forma explicativa da formação dos conceitos e dos corpos, em um conflito interminável, que extravasa o campo de batalha, e vai redundar na própria sociedade civil. Veremos a posição de Foucault mais de perto.

Antes, contudo, pareceria que deveríamos definir o conceito de guerra para prosseguirmos. Vê-se que as distintas abordagens da guerra necessariamente redundam em definições opostas e, mesmo dentro de um mesmo tipo de abordagem, as definições são variáveis: a guerra é múltipla; e para alguns, como Rapoport (1996), a própria definição de guerra atuaria sobre a mesma, de modo que a filosofia da guerra ganha poderes inauditos. Assim, é temerário adotar no princípio uma definição que abarcasse todas as espécies de guerra, em suas distintas abordagens; talvez no final da empreitada sejamos capazes de encetar uma definição tão ampla.

A GUERRA METODOLÓGICA: FOUCAULT

Primeiro Foucault. O curso de 1976 no *Collège de France*, *Em defesa da sociedade*, marca uma importante virada no pensamento de Foucault, a segunda da década. Desde 1970 Foucault abandona a arqueologia dos saberes enquanto eixo de pesquisa, e adentra ao grande reino da genealogia dos poderes, ao empreender pesquisas focadas em algumas instituições, sobretudo a penitenciária e o hospício, mas também, colateralmente, a clínica médica, a escola, as fábricas. Para Foucault estas instituições foram sendo elaboradas com base em uma nova forma de saber-poder que ele chama de *disciplina*, cujo principal objetivo era engendrar corpos dóceis politicamente e úteis economicamente. Colocando de lado as pesquisas prévias, à exceção de seu estudo de estreia, *História da loucura*, Foucault faz aparecer em seu crivo analítico algo além do discursivo, as relações de poder que incidem sobre os corpos.

Trata-se uma análise inovadora: contrariamente ao que dominou a filosofia política, o foco do pensador francês não são as relações jurídicas que estabelecem a soberania do Estado, mas a atuação concreta do poder, sua mecânica, sua forma de proceder. Com isto a análise se desloca das instituições meramente estatais para os níveis infraestatal ou paraestatal, cobrindo toda a superfície de uma sociedade, sobretudo a francesa dos séculos XVIII, XIX e XX, mas não somente. Sem supor um nódulo de poder de onde este emanaria, e desprezando a assunção de princípios

universais, Foucault elabora uma casuística das relações de poder na sociedade francesa, sem oferecer, portanto, algo como uma teoria alternativa do poder. Para Foucault, quando de então, se tratava de elaborar uma anatomopolítica, quer dizer, a analítica focada nas formas como poder investe o corpo diretamente.

O curso de 1976 é importante por dois aspectos diferentes. Primeiramente, ele marca a virada rumo ao que Foucault chama de *biopolítica*. Em segundo lugar, ele elabora uma retrospectiva de seu caminho empreendido até então, ao repensar criticamente seu trajeto e abrindo perspectivas futuras.

A biopolítica deve ser entendida como a aplicação das relações de poder ao homem não mais enquanto indivíduo, como se tratava na anatomopolítica, mas enquanto componente de uma população, enquanto parte de uma coletividade mais ampla. De acordo com Foucault, em meados do século XVIII novos elementos são postos pelas relações de poder: questões de demografia, natalidade, mortalidade, de higiene pública, de previdência. Todos estes elementos subitamente emergem e passam a sofrer regulações objetivando majorar as forças de um povo, encontrando na sexualidade, junção da anatomopolítica e da biopolítica, um apoio importante (FOUCAULT, 1977).

O outro ponto que concede relevo ao curso de 1976 é o fato de Foucault passar em revista seu percurso, o que faz com ele aborde o cerne de suas preocupações, o método, nomeadamente a genealogia. Foucault já abordara a genealogia, em débito com Nietzsche, em um escrito prévio, ali a situando em face de dois tipos diferentes de procedimentos: a emergência e a proveniência, contrapostas à pesquisa de origem metafísica ou fundamento originário (*Ursprung*), quer dizer, à pesquisa de essência. A genealogia, por seu turno, faria uma pesquisa de proveniência (*Herkunft*) e de emergência (*Entstehung*), posto que ela descobriu que “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade preservada da origem — é a discórdia entre as coisas, o disparate” (FOUCAULT, 2001, p. 18). Em um marco genealógico encontra-se, pois, que as coisas se dão em um ambiente de luta, de guerra: a analítica bélica é a chave para a compreensão das coisas.

No curso de 1976, Foucault retoma esta caracterização, mas, desta vez, preocupado com a questão do poder. Para Foucault, as análises do poder na sociedade ocidental seriam marcadas por um duplo “economismo”: de um lado o liberalismo, que enxerga o poder na forma contrato; de outro o marxismo, para o qual a função do poder é reconduzir a uma situação econômica. Questionando estas visões prévias, Foucault se pergunta se o poder pode ser deduzido da economia e, em caso negativo, qual tipo de abordagem seria capaz de dar conta das relações de poder. Assim, Foucault afirma que uma análise não econômica das relações de poder parte que ele não é uma coisa, mas um ato; e que antes de reconduzir à relações econômicas, o poder estabelece relações de força. O filósofo francês

identifica duas abordagens não “economistas”: uma, a qual ele chama de hipótese de Reich, cuja genealogia remonta a Hegel, passando por Freud, para a qual o “poder é essencialmente o que reprime. É o que reprime a natureza, os instintos, uma classe, indivíduos” (FOUCAULT, 2005, p. 21).

A outra hipótese não economista, que Foucault chama de hipótese de Nietzsche, toma que o poder é um ato de força. A hipótese de Foucault é que o poder é “a guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 2005, p. 22), do que decorre que as relações de poder em uma sociedade como a nossa foram estabelecidas na e pela guerra, tendo nesta relação de força sua ancoragem; ou seja, a função do poder político é reinsserir o desequilíbrio de forças manifestado na guerra (...) “nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros” (FOUCAULT, 2005, p. 23). Além disso, as lutas políticas ocorridas baixo a paz civil são continuações da guerra. Outra consequência é que, se a guerra estabelece o político, é na guerra que o político deve fenecer.

Portanto, fora do “economismo” das relações de poder, duas grandes hipóteses: a de Reich (fundamento do poder é a repressão) e a de Nietzsche (fundamento das relações de poder é o enfrentamento belicoso de forças). Para esta última, se trata de evitar as análises centradas em torno da soberania, de origem régia; ao invés disso, buscar as relações capilares de poder lá aonde elas vão além do direito. Ademais, não se objetiva analisar estas relações de poder em termos de intencionalidade, mas em termos de efeito, e escapa destarte de uma filosofia da consciência em benefício da analítica dos efeitos do poder. Outro elemento é que as relações de poder não são homogêneas, mas circulantes; o próprio indivíduo seria fruto das relações de poder. Foucault quer constituir a partir do infinitesimal do poder uma análise ascendente, que mostre como as microrrelações de poder sustentam as grandes dominações; por exemplo, como as tratativas da sexualidade infantil, principiadas no século XVII, foram colonizadas por grandes estratégias de poder, chegando a envolver todo o Estado. Além disso, para esta concepção bélica, é mister observar que o exercício das relações de poder faz surgir “instrumentos efetivos de formação e acúmulo de saber, [que são] métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa, são aparelhos de verificação” (FOUCAULT, 2005, p. 40) e não edifícios ideológicos.

Em suma, se deve abrir mão do modelo de poder pautado na soberania, o qual faz uma análise jurídica do poder; também devem ser postos de lado os modelos economistas; e, de mais a mais, o modelo de Reich, posto os inconvenientes que um poder encarado como meramente repressivo coloca: para Foucault, as relações de poder são sobretudo criadoras (de sujeitos, saberes, etc.), positivas. É necessário analisar o poder desde o ponto de vista da dominação, buscando seus operadores materiais, bem como as formas de sujeição. A teoria da soberania parece se referir

a relações de poder de tipo absolutista, o qual a sociedade burguesa enterrou em benefício da anatomopolítica e da biopolítica.

Buscando se fiar na guerra para analisar o poder, Foucault elabora sua genealogia, tentando descobrir quem formulou pela primeira vez a guerra entendida como analisador das relações de poder, quem pensou primeiro que a política é a guerra continuada por outros meios. Assim, Foucault chega no discurso histórico-político de variados grupos contra as monarquias inglesa e francesa nos séculos XVII e XVIII. Seria um discurso que afirma que, ao contrário do que dizem os juristas, as sociedades não nascem quando a guerra termina, mas, sim, é a guerra que dá luz às leis e à ordem social, de modo que, sob a paz civil, a guerra continua. Neste discurso belicista, o sujeito que o profere não é neutro, mas, sim, tem um lugar na guerra; não se trata de um sujeito universal, mas de um comprometido com um dos lados beligerantes.

No princípio da história e do direito, este discurso introduz elementos fisicobiológicos, contingências e elementos psicológicos; e, a partir deles, busca constituir estratégias e táticas, cálculos, tudo a fim de manter ou inverter as relações de força, em um crescendo cada vez mais abstrato. Na base deste esquema de explicação está a irracionalidade e a brutalidade e, em suas partes mais elevadas, uma racionalidade frágil; é o contrário dos discursos jurídicos, que enxergam uma racionalidade permanente, vinculada ao justo e ao bem. Para este discurso, sobremaneira histórico, trata-se de mostrar como sob a forma do justo, das instituições e dos códigos, encontra-se a violência das lutas que engendraram a atual dissimetria de forças.

Este discurso histórico-político teria emergido na Inglaterra em meados do século XVII nas formulações de grupos populares, como também nobiliárquicos sempre em oposição ao poder régio. Ainda no século XVII surgem elementos de uma guerra de raças, que será transcrita no processo revolucionário francês em uma grade teórica biológica, seja em termos de luta de nacionalidades contra o Estado absolutista, seja a partir de questões coloniais. Este mesmo discurso aparecerá, já no século XIX, sob a forma da guerra social. Um de seus desdobramentos será a biopolítica, como praticada desde o século XVIII.

Segundo Foucault, desde a Antiguidade a função da história era ser um ritual do poder, cantando as glórias dos imperadores e monarcas ao mostrar sua potência e legitimá-los. Já o discurso histórico-político que estamos tratando, uma verdadeira contra-história, buscará desfazer a unidade entre povo e monarca ao mostrar a soberania do rei como um fato de dominação: a vitória de uns passa a aparecer como a derrota de outros; a lei e a obrigação aparecem como extorsão e violência; a glória se desfaz e é o lado dos de baixo que esta história quer narrar. “O

papel da história será o de mostrar que as leis enganam, que os reis massacram, que o poder ilude e que os historiadores mentem” (FOUCAULT, 2005, p.84).

Se a história buscava ligar as monarquias europeias à Roma, como herdeiras de seu poder, sob a sombra do erguimento da Terceira Roma, este discurso histórico da guerra de raças mostrará as rupturas nesta continuidade romana, como invasões, guerras, dominações. Raça não tem um sentido biológico, mas implica em dois grupos que não falam a mesma língua, não tem a mesma religião e que somente formam uma unidade à custa da guerra, mas que não se misturaram como um todo.

Foucault segue o curso analisando as grandes formas deste discurso contra-histórico: discurso dos revolucionários ingleses durante a revolução, no século XVII; na França, discurso da nobreza, com Boulainvilliers, que reivindica sua origem germânica contra uma monarquia com pretensões romanas e um povo galorromano; e, ainda em terras francesas, seu desdobramento sob a forma da guerra de classes, com Thiers.

Restam questões. Não encontramos, por exemplo, uma definição do que seria a guerra, tampouco de como ele seria exercida. Além disso, faltam ligações mais explícitas entre o método de Foucault, a genealogia, e estas formulações bélicas, ao menos neste texto. Em outras oportunidades, Foucault dirá que “a história não tem sentido, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas” (FOUCAULT, 2001, p.5). Os conceitos operadores de uma concepção bélica, como estratégia e tática, são também muito parcamente definidos.

De todo modo, marque-se a noção da guerra como analisador político, concepção que se contrasta com a seguinte, de Clausewitz.

GUERRA REAL E GUERRA ABSTRATA: CLAUSEWITZ

Quanto a Clausewitz, é necessário ter em mente que ele opera com dois conceitos diferentes de guerra, a real e a abstrata. A abstrata é a guerra pensada meramente de modo teórico, de modo que ela é modulada pela realidade, ganhando outros contornos. A real é a guerra efetivamente existente.

Em Clausewitz a definição da guerra em termos abstratos é a seguinte: ela é “um duelo em uma escala mais vasta (...) a guerra é, pois, um ato de violência destinado a forçar o inimigo a submeter-se à nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 7). É, pois, um duelo na essência, tendo como meio a violência e como fim impor nossa vontade ao inimigo, ou seja, o objetivo é desarmar o inimigo, impedir que ele possa atacar. Para Clausewitz, na guerra não se pode limitar o uso da força pelo fato do morticínio que isso venha a causar, pois isto seria dar vantagem ao inimigo,

que não recuará; os limites são traçados pela ação dos adversários; quer dizer, na filosofia da guerra não se pode introduzir um elemento moderador.

Para ele, o conflito entre homens depende de dois elementos, “sentimento de hostilidade” e “intenções hostis”, um necessitando do outro, que podem existir mesmo em nações ditas por ele como civilizadas. Por isso a guerra não pode ser reduzida a um ato racional de governos, como se bastasse uma álgebra da ação.

Desarmar o inimigo é o objetivo teórico da guerra, pois, para que o inimigo se submeta à nossa vontade, é necessário colocá-lo em uma situação mais desfavorável, que não seja transitória, porque senão ele esperaria o fim do dito contexto. A pior ocorrência para um beligerante é estar desarmado, de modo que devemos colocar ou nosso inimigo nesta situação ou em uma tal em que esta ameaça seja real. A guerra é colisão de forças, de modo que o mesmo se aplica a ambas as partes, tratando-se de uma ação recíproca, de forma que enquanto não tivermos abatido o adversário, temeremos que ele possa nos abater.

A força de resistência do adversário é composta pela extensão de seus meios e pela firmeza de sua vontade. Enquanto a amplitude dos meios pode ser calculada facilmente, a força de vontade somente pode ser estimada aproximadamente, de modo que se deve adequar os esforços a esta força, que será tanto mais eficiente quanto o for nossa estimativa. Tendo em conta que o adversário faz o mesmo, ambas as partes são compelidas aos extremos.

A concepção meramente abstrata da guerra traz, segundo Clausewitz, muitos problemas, porque tende a nos dar uma visão muito otimista, fazendo com que pensemos os extremos como tendentes à perfeição, isto é, levando cada um ao máximo. A concepção abstrata se sustentaria se a guerra fosse um ato isolado, sem relações com a vida pregressa do Estado; e também se ela “consistisse em uma decisão única ou em várias decisões simultâneas” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 12); por fim, ela se sustentaria caso a guerra não fosse condicionada politicamente. Mas a guerra nunca é um ato isolado, nem é súbita: os adversários se conhecem, tem tempo de se conhecer. Tampouco o resultado da guerra dá-se em um só golpe; se assim fosse, os preparativos da guerra seriam extremizados; se a guerra dependesse de vários atos sucessivos, então seriam atos dependentes das decisões anteriores e indicativos das decisões posteriores. A guerra somente poderia ser reduzida a um ato se todos os meios disponíveis pudessem ser postos em prática ao mesmo tempo, o que é impossível, porque as forças da guerra (forças militares propriamente falando, além de território com espaço e população, e aliados) tem uma temporalidade própria; por vezes meios de resistência não anteriormente mobilizados podem sê-lo e o equilíbrio perdido pode ser restaurado. Além disso, as circunstâncias políticas ulteriores atenuam os resultados da guerra para os Estados, o que diminui a violência da tensão e a intensidade dos esforços.

Vê-se, pois, que, quando a guerra deixa de ser abstração, as possibilidades de extremização diminuem; o esforço deve ser medido por meio de probabilidades fornecidas pelo mundo real; estas leis do cálculo de probabilidades são aplicadas por ambos os adversários, uns sobre os outros, a fim de que se adaptem cada qual ao inimigo. O cálculo de probabilidades atenua a lei dos extremos e, com seu objetivo de desarmar o inimigo, faz ressurgir a política como móbil da ação militar. Quanto mais importante for o objetivo político, tanto menos dispostos estaremos em cedê-lo. O objetivo político é, portanto, o móbil inicial e final da guerra. O mesmo objetivo político pode incidir de formas diferentes em épocas diferentes; por isso, se deve levar em conta as massas e como ele as afeta, posto que as massas podem representar um fator de enfraquecimento ou de reforço da ação. Pode-se dizer coisa similar da ação militar: quanto mais indiferentes as massas forem e menos tensas as relações entre os Estados, tanto mais decisivo será o objetivo político, até que ele se constitua no único fator decisivo.

A duração do ato de guerra depende de motivos internos. A suspensão da ação parece absurda ou dispêndio de tempo. Duas partes são impelidas ao combate por um princípio de hostilidade, que só deixará de agir sobre um dos adversários pelo motivo de se esperar um momento mais propício para a ação. Um equilíbrio de forças não acarreta a suspensão da ação, porque o que tem um objetivo positivo (o atacante) tenderia a manter a iniciativa. Se o que mantém o objetivo positivo dispõe de meios mais débeis, não haverá modificação no equilíbrio de forças e a paz se imporá. Se há uma modificação no equilíbrio, ela ocorrerá em um campo, forçando outro a agir. Por isso o equilíbrio não explica a trégua, equivalendo, antes a uma expectativa de um momento mais favorável para a ação. Pareceria haver uma continuidade de ação na guerra, de modo que cada ação subsequente se tornaria mais importante e mais perigosa. Sói ocorrer, no entanto, que cada ação na guerra não seja contínua e, em muitas guerras, a ação ocupa a menor parte.

“A arte da guerra aplica-se às forças vivas e morais; por consequência, nunca pode atingir o absoluto e o certo; fica sempre uma margem para o acidental” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 25), margem esta que, para ele, deve ser preenchida com as virtudes militares. A gramática da guerra, ou seja, seus meios, visto que ela é uma arte, desenvolve-se de modo a permitir que o acaso interfira, além de outros elementos. Essa gramática, por vezes, se encontra com a política, mas outras vezes distancia-se, já que, não é porque a guerra e a política guardam grande parentesco que elas são a mesma coisa. A lógica da guerra é distinta da lógica da política. Passos, comentador tupiniquim de Clausewitz, aponta como este parece pensar a guerra como uma ação política forte, distinta da ação política fraca. A guerra, por envolver, em último caso, paixões humanas exacerbadas, implicaria forte envolvimento dos sujeitos, algo que Clausewitz, ele mesmo, nota (PASSOS, 2005)

O autor prussiano considera que a guerra não seja um passatempo, mais um meio sério para atingir um objetivo sério: a guerra surge de uma situação política, por um motivo político, eis o motivo da guerra ser “um ato político” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 26). Se fosse um ato autônomo de violência absoluta, a guerra substituiria a política. A guerra é uma violência que encontra resistência do outro lado, o que abranda as tensões, exercendo uma determinada influência, mas que permanece submetida a uma inteligência ordenadora. O objetivo político da guerra adapta-se aos meios que dispõe, muitas vezes alterando-se; a política exerce influência constante sobre a guerra. “A guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 27)

Tanto maiores as forças que impelem uma nação à guerra, tanto mais ela se aproximará de sua forma absoluta, e o objetivo político parecerá ser posto de lado. Tanto menores as tensões, mais o objetivo político salientar-se-á, e a guerra, em sua tendência natural para a violência, coadunará com os objetivos políticos; trata-se de uma tendência natural em termos filosóficos, não das forças realmente em conflito, com as paixões excitadas.

Há guerras em que a política parece desaparecer e outras em que ela está no primeiro plano. Para Clausewitz, política deve ser entendida como “a inteligência do Estado personificada” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 29) ou como “astúcia cautelosa, circunspecta, mesmo desleal, oposta à violência” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 29). Sendo um instrumento político, as guerras diferem umas das outras por seus motivos e circunstâncias. A primeira tarefa do comandante na determinação do plano de guerra é estabelecer qual tipo de guerra será empreendida, primeira e mais vasta das questões estratégicas, posto que não se pode exigir de uma guerra o que ela não pode fornecer.

A guerra é mutável, portanto. Ela é sempre presidida por três tendências distintas: “as paixões [e violência] chamadas a incendiar-se na guerra (...) a amplitude que assumirá o jogo da coragem e do talento [que depende do caráter do comandante] (...) quanto aos objetivos políticos, só o governo decide por eles” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 30). A teoria deve dar conta desses três elementos, resolvendo as tensões que se colocam.

Pode-se dizer, assim, que se encontram dois diferentes conceitos de guerra em Clausewitz, um, que poderíamos chamar de guerra absoluta, e outro que poderíamos chamar de guerra modulada. A diferença entre eles é que, na guerra absoluta, entram em cena somente aspectos totais, teóricos da guerra, desconsiderando as modulações que o real coloca, fundamentalmente, a política, que atenua as tendências ao extremo, que a guerra absoluta faz aparecer, para uma guerra mais realista. Isto porque o móbil político da guerra é fundamental para

Clausewitz, a ponto de ele afirmar que “a guerra é a política de Estado continuada por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1996, p. XCI).

CONCLUSÕES

Para nós importa notar que Foucault inverteu este importante aforismo de Clausewitz, com o qual encerramos a seção prévia, ao afirmar que a política é a guerra continuada por outros meios. Quem está certo, Foucault, Clausewitz ou ambos? É possível conciliar as duas visões? Pode a teoria foucaultiana ser considerada, ela também, uma filosofia da guerra, ou, ao contrário, uma nova categoria deve ser plasmada?

Vimos que Clausewitz nos fornece uma visão objetivista da guerra: ele está falando de sangue, canhões e balas. Já Foucault está tratando da guerra como princípio ontometodológico. Para ele, mesmo o saber guarda em suas origens relações conflituosas, tanto mais a soberania, o Estado ou a sociedade. Em Clausewitz, encontramos uma verdadeira filosofia da guerra; em Foucault, encontramos mais propriamente a filosofia entendida como guerra, o que não exclui uma filosofia da guerra, mas esta é obliterada pelo saliente papel da guerra na ordenação do cosmos.

Foucault opera onde Clausewitz parece faltar. Clausewitz pensa que a gramática da guerra, quer dizer, os meandros da guerra entendida como arte, não são os mesmos que os da política, visto que a lógica de ambas é distinta, embora aparentada: a guerra é uma ação política forte, mas a política pode comportar também ações políticas fracas; a guerra é o extremo da política, não seu funcionamento cotidiano. Já Foucault pensa que a gramática da guerra coincide com àquela da política. A própria política é pensada como, fundamentalmente, guerreira, belicosa.

Foucault e Clausewitz podem dialogar, com a condição de que Clausewitz se encaixe nos esquemas teóricos de Foucault, visto que estes são mais amplos: Foucault leu Clausewitz, não o contrário. Em Foucault, cujas elaborações teóricas são mais gerais, é possível distinguir uma verdadeira ontologia histórica bélica. Em Clausewitz, uma teoria da guerra mais particular. Destarte, em Foucault a filosofia da guerra é abrandada em benefício de outro gênero de especulação, o que não diminui o alcance de seus esforços.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *A política*. Bauru: EDIPRO, 2009, 2ª ed.

_____. *Ética à Nicômaco*. SP: Abril Cultural., 1979

BERGE, Damião. *O logos heraclítico: introdução ao estudo dos fragmentos*. RJ: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1969

GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA, GUARAPUAVA-PR, V40, N2, P. 121-147, 2024

ISSN 2179-9180

- BOUTHOU, Gaston. *A guerra*. SP: Difusão Européia do Livro, 1964
- _____. *O desafio da guerra — dois séculos de guerra — 1740-1974*. RJ: Bibliex, 1979
- CLAUSEWITZ, Carl Maria von. *Da Guerra*. SP: Martins Fontes, 2ª ed., 1996
- _____. *Clausewitz: Trechos de sua obra*. RJ: BIBLIEX, 1988
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. RJ: NAU, 2009^{3ª} edição.
- _____. *Ditos e escritos V: Estratégia, Poder, Saber*. RJ: Forense Universitária, 2006, 2ª ed.
- _____. *Em defesa da sociedade*. SP: Martins Fontes, 2005
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. RJ: Graal, 1977
- _____. *Microfísica do poder*. RJ: Graal, 2001
- GALLIE, William. B. *Os filósofos da paz e da guerra*. RJ: Artenova/EDUNB, 1979.
- HERÁCLITO DE ÉFESO. *Fragmentos contextualizados*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005
- _____. *Heráclito (Doxografia, Fragmentos, Crítica moderna)* in SOUZA, J. C., PESSANHA, A. M. et al.. *Pré-Socráticos*, SP: Abril Cultural, 1979
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. SP: Cia. das Letras, 2003
- LEONARD, Rogers. A. *Introdução* in CLAUSEWITZ, Carl Maria von. *Clausewitz: Trechos de sua obra*. RJ: BIBLIEX, 1988
- LUIZ, Felipe. *Precisões sobre o conceito de filosofia da guerra*, Filogênese: Vol. 7, nº 2 (2014), disponível em https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/2_felipeluz.pdf acessado em 03-08-2017.
- KANT, Immanuel. *Paz perpétua*. Porto Alegre: LP&M Pocket, 2008
- MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das guerras*. SP: Contexto, 2006
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Arte da guerra e outros escritos*. Brasília: EDUnB, 2ª ed, 1982
- PASSOS, Rodrigo .D.F. dos. *Clausewitz e a política — uma leitura de Da Guerra*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2005
- PLATÃO. *A República*. SP: Nova Cultural, 2000

- _____. *Cármides* in PLATÃO. *Diálogos*. SP: Melhoramentos. 1970
- _____. *Hípias Menor* in PLATÃO. *Diálogos*. UFPA, v. XI, 1977
- _____. *Laquete ou da coragem*, in PLATÃO. *Diálogos*, SP: Melhoramentos, 1970
- _____. *Sofista*, in PLATÃO. SP: Abril Cultural, 1979
- _____. *Timeu*. Belém: EDUFPA, 1977

PLEKHANOV, Georg. *A concepção materialista da história*. RJ: Paz e Terra, 4ª ed., 1974

RAPOPORT, Anatole. *Introdução*. In CLAUSEWITZ, Carl Maria von. *Da Guerra*. SP: Martins Fontes, 2ª ed., 1996

SAINT-PIERRE, Héctor. L. *Política armada — Fundamentos da Guerra revolucionária*. SP: EDUNESP, 1999

SOUZA, J.C. PESSANHA, A.M. et al. *Pré-Socráticos*. SP: Abril Cultural, 1979

